

Controle Interno CEDAE
Contrato n.º 046 / 2018 de
Pactuação de Obrigação Financeira.

CONTRATO DE PACTUAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA E DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO, RELATIVO À AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ACUMULADO, APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016, NO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE II QUE ENTRE SI CELEBRAM A PRECE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE.

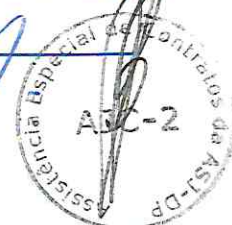
Pelo presente instrumento particular, de um lado:

A **PRECE – Previdência Complementar**, entidade fechada de previdência complementar instituída sob a forma de sociedade civil, com sede nesta Cidade, na Rua Prefeito Olimpio de Melo, nº 1676, Benfica, CEP 20.930-005, devidamente registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 71.980, em 18.01.83, e inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda, sob o nº 30.030.696/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sidney do Valle Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 682.369.307-00, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 05526798-3, expedida pelo IFP/RJ, e por seu Diretor Financeiro, Arildo de Oliveira Pinto, inscrito no CPF/MF sob o nº 547.921.347-49, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 046446019, expedida pelo DETRAN, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade, ao final assinados, e doravante denominada **PRECE**,

e de outro lado,

a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, em 14.08.1975, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Jorge Luiz Ferreira Briard, inscrito no CPF/MF sob o nº 771.854.127-49, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 90.100.072-9– CREA/RJ, e pelo Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Hélio Cabral Moreira, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 0601912749 CREA-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 112.860.916-91, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade, ao final assinados, e doravante denominada **CEDAE**.

PRECE e CEDAE, em conjunto, adiante denominadas como **PARTES**, em conformidade com as aprovações dos seus órgãos estatutários.



- I. Considerando que a **CEDAE** é patrocinadora do Plano PRECE II, administrado pela **PRECE**, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar sob o nº 1998.0061-74;
- II. Considerando que, ao final do exercício social de 2016, foi apurado déficit no Plano PRECE II, originando a obrigatoriedade de aprovação e início de aplicação de Plano de Equacionamento de Déficit, elaborado com observância dos seguintes normativos: (i) Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28.03.2006 ("Resolução CGPC 18/2006") e suas alterações; (ii) Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29.09.2008 ("Resolução CGPC 26/2008"), suas alterações;
- III. Considerando que o resultado deficitário apurado em planos de benefícios complementares, submetidos à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, deverá ser equacionado pelo aporte de contribuições extraordinárias realizadas, paritariamente, entre os participantes e assistidos, de um lado, e os patrocinadores de outro;
- IV. Considerando o contido no Plano de Equacionamento do plano de benefícios PRECE II elaborado pela Consultoria Atuarial GAMA Consultores Associados (fls. 10/15 do Processo administrativo E-07/100.404/2017), datado de 07 de julho de 2017, que demonstra o estudo específico, em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29.09.2008 e suas alterações, em face do resultado deficitário acumulado, apurado no exercício de 2016; e
- V. Considerando que foi determinada a aplicação de contribuição extraordinária para a cobertura do referido déficit com as seguintes aprovações: (i) pela **PRECE**, no âmbito da Diretoria Executiva em reunião realizada em 22 de agosto de 2017 e do Conselho Deliberativo em 04 de setembro de 2017; e (ii) pela **CEDAE**, no âmbito da Diretoria, em reunião realizada em 23.11.2017 e do Conselho de Administração em 24.11.2017, na forma proposta no Plano de Equacionamento produzido pela GAMA Consultores Associados.

RESOLVEM as PARTES firmar o presente CONTRATO DE PACTUAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA E DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO ("CONTRATO"), que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto, regular os termos e as condições para o

pagamento da contribuição extraordinária devida pela CEDAE, na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios PRECE II, à entidade de previdência fechada complementar - PRECE, relativo à amortização do déficit acumulado, apurado no exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO E DO PRAZO PARA PAGAMENTO

2.1. Por este Contrato, a **CEDAE** reconhece ser titular de obrigação financeira em face da **PRECE** no valor de **R\$ 17.125.110,10** (dezesete milhões, cento e vinte e cinco mil, cento e dez reais e dez centavos) em relação ao Plano PRECE II, valor este apurado em 31.12.2016, atualizado mensalmente pela meta atuarial do plano, até 30 de maio de 2017 ("Obrigação Financeira") que, como obrigação reconhecida e confessada, se compromete a pagá-la em 68 (sessenta e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, em valor equivalente a **R\$ 292.624,86** (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos) ("Parcela"), atualizada mensalmente pela variação INPC e apurada pela aplicação de taxa de juros adotada no plano de 5,50% a.a. (cinco vírgula cinquenta por cento ao ano).

2.1.1 O primeiro pagamento, referente aos meses de Novembro e Dezembro de 2017 e Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 2018, ocorrerá no dia 15.04.2018, com as suas respectivas atualizações.

2.1.2 As demais parcelas vencerão no dia 15 de cada mês, conforme demonstrativo inserido às fls. 43 do processo administrativo E-07/100.404/2017.

2.1.3 O valor da parcela descrito no item 2.1 acima já prevê a incidência de juros calculados à razão de 5,50% a.a., para a definição do valor do efetivo pagamento da primeira parcela.

2.1.4 Sobre cada parcela será aplicada a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), atualizada a partir de maio de 2017, até o efetivo pagamento.

2.1.5 Os juros acima correspondem à taxa de juros real adotada no Plano PRECE II no exercício de 2016.

2.1.6 Em caso de extinção do INPC, ficará valendo o que oficialmente vier a substituí-lo, ou, caso incorra substituição, o que dele mais se aproximar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DAS GARANTIAS

3.1. A **CEDAE** mantém a conta nº 510.000-3 no Banco Bradesco S.A., aqui denominado **BANCO**, Agência 2373, daqui por diante referida como CONTA CENTRALIZADORA, na qual são recolhidos parte dos valores pagos pela prestação de serviços de água e de esgoto aos seus usuários decorrentes da prestação de serviços prestados pela **CEDAE**.

3.1.1 O valor da parcela mensal devida pela **CEDAE** à **PRECE** deverá estar disponível na CONTA VINCULADA que a **CEDAE** mantém no Banco Bradesco S.A., Agência 2373, nº 7613-9 na data de vencimento dessa obrigação, cujos recursos serão transferidos de forma preferencial pelo **BANCO**, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA VINCULADA de acordo com as regras estipuladas no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPOSITÁRIO e alterações posteriores.

3.1.2 No dia 15 de cada mês, ou no dia útil imediatamente posterior, se no respectivo dia não houver expediente bancário, (i) o **BANCO** transferirá à **PRECE** os valores relativos ao pagamento da Parcela que deverão estar depositados na CONTA VINCULADA, para a conta corrente nº00924-7, Agência nº6159 do **BANCO 341 – ITAÚ-UNIBANCO**, ou para outra conta-corrente que a **PRECE** vier a informar por escrito; e (ii) a **PRECE** enviará notificação ao **BANCO** com o cálculo do valor da Parcela a ser paga no mês subsequente.

3.1.2.1 Caso o valor depositado na CONTA VINCULADA não seja suficiente para o pagamento da Parcela, a ser verificado pelo **BANCO** na data de pagamento, o **BANCO** está autorizado a utilizar o saldo da CONTA CENTRALIZADORA para pagamento do saldo remanescente da Parcela até que ela seja integralmente quitada.

3.1.2.2 Nesta hipótese, o **BANCO** deverá transferir o saldo para pagamento integral da Parcela da CONTA CENTRALIZADORA para a conta nº 00924-7, Agência nº6159 do **BANCO 341 – ITAÚ-UNIBANCO**, de titularidade da **PRECE**.

3.2. A **CEDAE** se obriga a manter essa garantia e esse sistema, até a final liquidação de todas as obrigações previstas neste CONTRATO.

3.2.1 Na hipótese de rescisão do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPOSITÁRIO pelo **BANCO** ou pela **CEDAE**, no caso desta última desde que haja concordância prévia e expressa da **PRECE**, ou na hipótese de o **BANCO** solicitar a sua substituição no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

DEPOSITÁRIO, por outra instituição financeira, a CEDAE obriga-se a identificar nova instituição financeira que deverá assumir a mesma garantia e o mesmo sistema previsto para a sua operacionalização, nos termos previstos neste CONTRATO, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de notificação da outra Parte, por escrito.

3.2.1.1 Configurado o previsto na cláusula 3.2.1 e não sendo formalizado o respectivo termo aditivo ao presente CONTRATO para substituição da instituição financeira, no prazo previsto, a CEDAE se obriga a efetuar o pagamento da contribuição extraordinária devida, conforme valor da Parcela informado previamente pela PRECE, por meio de crédito na conta corrente nº00924-7, Agência nº6159 do **BANCO 341 – ITAÚ-UNIBANCO** ou em outra conta corrente que a **PRECE** vier a informar por escrito à CEDAE.

3.2.1.2 Se a CEDAE não tiver formalizado novo instrumento contratual para substituição do BANCO, após 30 (trinta) dias do prazo previsto na Cláusula 3.2.1, ficará obrigada a oferecer, no prazo de até 30 (trinta) dias subsequentes, outra forma de garantia prevista na legislação pertinente, hipótese que se não concretizada resultará na obrigação de antecipação do aporte do valor total correspondente à obrigação financeira prevista no presente CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA– DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS GARANTIAS EM CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1. Se, por qualquer motivo, os recursos disponíveis na CONTA CENTRALIZADORA e na CONTA VINCULADA não forem suficientes para que o **BANCO** efetue a transferência do valor integral da Parcela devida à **PRECE**, o **BANCO** notificará a **CEDAE**, com cópia para a **PRECE**, informando-as acerca da impossibilidade quanto à realização do pagamento integral.

4.1.1 Após o recebimento da notificação acima, a **PRECE** notificará o **BANCO**, com ciência à **CEDAE**, acerca do inadimplemento da **CEDAE** e sobre o novo valor da parcela inadimplida, acrescida de juros de 5,50% ao ano *pro rata die*, e correção monetária de acordo com a variação do INPC ocorrida desde o pagamento da parcela anterior, além da pena convencional, a título de moratória, de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor monetariamente corrigido, também *pro rata die*.

4.1.2 O **BANCO**, após o recebimento da notificação acima, está autorizado e deverá transferir da CONTA CENTRALIZADORA e/ou da CONTA VINCULADA à **PRECE**

todos os valores necessários para a quitação integral da Parcela ajustada conforme item 4.1.1 acima.

CLÁUSULA QUINTA – DA INTERVENIÊNCIA DO BANCO

- 5.1. Após a formalização deste CONTRATO, deverá ser elaborado ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEPOSITÁRIO, entre a **PRECE**, a **CEDAE** e o **BANCO**, para a inclusão das obrigações deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1. A abstenção do exercício, pela **PRECE**, de direitos ou faculdades que lhe assistam, em virtude da legislação ou deste CONTRATO, ou a eventual concordância, com atrasos no cumprimento ou com inadimplementos de obrigações pela **CEDAE**, não implicarão em novação, renúncia ou desistência; não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem limitarão a parte prejudicada relativamente à mora ou inadimplementos futuros da outra; nem, tampouco a impedirão que, a seu critério, venha a exercer, a qualquer momento, os direitos e faculdades que lhe assistam.
- 6.2. A **CEDAE** não poderá ceder, sub-rogar, negociar ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente CONTRATO, ou quaisquer direitos e obrigações dele oriundos, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da **PRECE**.
- 6.3. O presente CONTRATO é realizado em caráter irrevogável e irretratável, sendo possível única e exclusivamente a substituição do BANCO, observado o previsto na Cláusula 3.2.1 e respectivos subitens.
- 6.4. Os direitos decorrentes deste CONTRATO e as obrigações nele assumidas são extensivos aos sucessores das **PARTES**, seja a que título for. Fica expressamente acordado que ocorrerá a transmissão dos direitos e obrigações da **CEDAE** para empresa que venha a sucedê-la, na hipótese de reorganização societária, sob pena de vencimento antecipado deste CONTRATO.
- 6.5. A **CEDAE**, neste mesmo ato, compromete-se a arquivar o presente CONTRATO, em sua sede, bem como promover os registros contábeis e administrativos pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO FORO

- 7.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua celebração, perdurando até a satisfação integral das obrigações contratuais.

- 7.2. As **PARTES** elegem o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, com privilégio sobre qualquer outro, para dirimir as questões e decidir litígios oriundos deste CONTRATO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

- 8.1 O extrato deste Termo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia.
- 8.2 Após a publicação deste Termo, uma cópia deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento do disposto no art. 4º da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017

E, assim, por estarem justas e contratadas as **PARTES**, por seus representantes, assinam o presente, em 03 (três) vias de um só teor e eficácia, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e para ser devidamente registrado pela **CEDAE** no competente Cartório da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de ABRIL de 2018.



PRECE – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

[assinatura]
SIDNEY DO VALLE COSTA
DIRETOR-PRESIDENTE

[assinatura]
ARILDO DE OLIVEIRA PINTO
DIRETOR-FINANCEIRO



CEDAE – COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

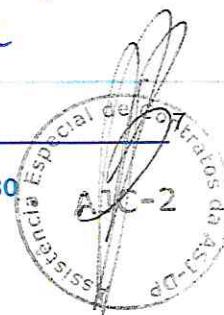
[assinatura]
JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
PRESIDENTE

[assinatura]
HELIO CABRAL MOREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E
DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

TESTEMUNHAS:

1. Felipe Pontiano da Silva
RG 97.754.988-0
CPF/MF 124.889.007-88
FELIPE PONTIANO DA SILVA

2. João Paulo Pontes Liqueira
RG 108.177.015
CPF/MF 043.990.518-12



O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br e www.cceirj.gov.br, podendo, alternativamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 4.000 (quatro reais), comprovado por meio de guia de depósito, conforme item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 5º andar - sala 514 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas, até 24 horas antes da data marcada para a realização do certame.

Id: 2100532

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL REPÚBLICA
EDITAL**

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL REPÚBLICA, nos termos da Portaria PRF/AETEC nº 163, de 14 de abril de 2004, publicada no D.O. de 29/04/2004, torna pública o nome da aluna que concluiu a EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO neste Estabelecimento de Ensino.

**CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2015
PAMELA ESPINDOLA DE FREITAS**

RETIFICAÇÃO
D.O. 24/07/2017
PÁGINA 40 - 3ª COLUNA
EDITAL

Onde se lê:

**CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2016
MICHELLE CRISTINE PIEDADE FERREIRA**

Leia-se:

**CURSO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ANO: 2015
MICHELLE CRISTINE PIEDADE FERREIRA**

Id: 2100732

Secretaria de Estado do Ambiente

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE COMPROMISSO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL Nº 010/2018. PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a empresa UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA. **OBJETO:** O presente TERMO tem por objeto estabelecer a compensação consistente em reposição florestal prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 11.428/2006, em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 6.579/2013, regulamentada pela Resolução Conjunta SEA/INEA nº 630/2016, referente à supressão de vegetação de Mata Atlântica por parte da COM/PROMISSADA, especificamente no que diz respeito ao depósito da quantia de R\$ 2.122.058,45 (dois milhões, cento e vinte e dois mil e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste TERMO é 50 (cinquenta) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo. **DATA DE ASSINATURA:** 17/02/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo nº E-07/002.12443/2016.

Id: 2100340

UNIDADE EXECUTORA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: 5º Termo Aditivo ao Contrato SEA/UEPSAM nº 010/2014, PARTES: Secretaria de Estado do Ambiente, por intermédio da Unidade Executora dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara e o Consórcio SAC. **OBJETO:** O presente instrumento tem por objeto a inclusão de itens e alteração quantitativa do Contrato SEA/UEPSAM nº 010/2014, conforme a planilha que integra o memorando SCC/PSAM - MEM - 020/2018, constante no Processo Administrativo nº E-07/100.560/2014. **VALOR:** R\$ 1.107.845,23 (um milhão, cento e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 27/02/2018. **PROCESSO Nº E-07/615/2012.**

*Omitido no D.O. de 28/02/2018.

Id: 2100805

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 12/2018 - Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2014. PARTES: Instituto Estadual do Ambiente - INEA e Construtora RJL2. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 20/2014, relativo à prestação de serviços contínuos de manutenção dos edifícios da sede do INEA, seu anexo e 31 unidades descentralizadas. **PRAZO:** Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, a contar de 25/04/2018. **VALOR:** R\$ 4.041.759,61 (quatro milhões, quarenta e um mil setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 17/04/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, Inciso II, art. 55 inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993. **PROCESSO Nº E-07/002.11895/2013.**

Id: 2100569

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infringência de Medida Cautelar nº COGEF/SEA/IO140738, emitido com a Sanção de Interdição do Estabelecimento, em 21/02/2018, com enquadramento no artigo 64 da mesma Lei, Processo nº E-07/002.12298/2017.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Cesar Fontela Rangel, CNPJ/CPF Nº: 821.304.347-20. **ENDEREÇO:** Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 335 - Belford Roxo - RJ. **PENALIDADE:** A medida cautelar adotada neste ato produz efeito imediato, conforme tipificação nos Artigos 23 e/ou 29 da Lei 3467, de 14 de setembro de 2000.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo à Rua Av. Venezuela, nº 110, sala 412 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2100748

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

AVISOS

ERRATA 02

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA comunica aos interessados que, em atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Edital de Concorrência Nacional CN nº 07/2017 para SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PARA REMOÇÃO DO LIXO FLUTUANTE E PLANTAS MACROFITAS AQUÁTICAS EM DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA CONTRIBUINTES DA BAÍA DE GUANABARA sofreu alterações. A Errata 02 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.gov.br, podendo alternativamente ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º Andar, Sala 404, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. O Pleito permanece adido SINE DIE.

ERRATA 03

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA comunica aos interessados que, em

atendimento ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Edital de Concorrência Nacional CN nº 03/2017 para COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE CONTROLE DE INUNDAÇÃO, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO IMBUI MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS - RJ - DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PONTE RIO IMBUI sofreu alterações. A Errata 03 encontra-se disponível no site do INEA www.inea.gov.br, podendo alternativamente ser adquirida uma via impressa na Avenida Venezuela, nº 110, 4º Andar, Sala 404, Saúde, Rio de Janeiro/RJ. O Pleito permanece adido SINE DIE.

Id: 2100397

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de pactuação de obrigação financeira e de constituição de garantia de pagamento relativo à amortização do déficit acumulado, apurado no exercício de 2016, no plano de benefícios PRECE I.

PARTES: A PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.

OBJETO: Regular os termos e as condições para o pagamento da contribuição extraordinária devida pela CEDAE, na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios PRECE I, a entidade de previdência fechada complementar - PRECE, relativo à amortização de déficit acumulado, apurado no exercício de 2016.

PRAZO: O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua celebração, perdurando até a satisfação integral das obrigações contratuais.

VALOR: R\$ 219.074.029,23 (duzentos e doze milhões, setenta e quatro mil e nove reais e vinte e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.404/2017.

Id: 2100450

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de pactuação de obrigação financeira e de constituição de garantia de pagamento, relativo à amortização do déficit acumulado, apurado no exercício de 2016, no Plano de Benefícios PRECE II.

PARTES: A PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.

OBJETO: Regular os termos e as condições para o pagamento da contribuição extraordinária devida pela CEDAE, na qualidade de patrocinadora do Plano de Benefícios PRECE II, a entidade de previdência fechada complementar - PRECE, relativo à amortização de déficit acumulado, apurado no exercício de 2016.

PRAZO: O presente Contrato terá vigência a partir da data de sua celebração, perdurando até a satisfação integral das obrigações contratuais.

VALOR: R\$ 17.125.110,10 (dezessete milhões, cento e vinte e cinco mil e dez reais e dez centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.404/2017.

Id: 2100451

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

* **INSTRUMENTO:** Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 022/2016 (DI).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ECO SYSTEM PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE LTDA.

OBJETO: "Prorrogação do prazo contratual".

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 768.494,22 (setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.560/2014 (CN nº 203/2015).

* Omitido no D.O. de 16/04/2018.

Id: 2100572

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 011/2016 (DT).

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO TELAR-CONTRACTA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.

VALOR: Sem alteração do valor contratado.

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.250/2017 (CN nº 011/2014).

Id: 2100452

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO Nº 012/2018 DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.

OBJETO: "RECONHECER a existência de dívida por parte da CEDAE em favor da SAINT GOBAIN".

VALOR: R\$ 120.017,72 (cento e vinte mil dezessete reais e setenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 12/04/2018.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.376/2014.

Id: 2100573

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica nº 003/2018.

PARTES: INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e o MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENARA.

OBJETO: Transferência de conhecimento técnico-jurídico: logístico e estrutural, para que o município de Mesquita/RJ possa dar continuidade ao seu programa institucional de regularização fundiária em várias comunidades, o que viabilizará, também, a intermediação da Regularização Fundiária de Interesse Social, conforme previsto no art. 4º, inciso XXI, do Decreto Estadual nº 26.818/2000.

DATA DE ASSINATURA: 10 de abril de 2018.

VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses a contar da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/020/2511/2017.

Id: 2100562

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

***INSTRUMENTO:** TPUT, com ênus, nº 15/013/2018. **PARTES:** FUNARJ e OS PRIVILÉGIOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. **OBJETO:** Permissão de uso a utilização, a título precário do Teatro Gláucio Gil para realização do espetáculo "Rêver". **DATA DA ASSINATURA:** 10/01/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/0021049/2017.

*Omitido no D.O. de 30/01/2018.

Id: 2100423

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: I TERMO ADITIVO AO TPUT Nº 18/013/2018. **PARTES:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e OS PRIVILÉGIOS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. **OBJETO:** O presente instrumento tem por objeto a doação de 15 lâmpadas PAR 64 EXE F-5 220V 100W, sendo doador seu único e legítimo possuidor, sendo aceito pelo DONATÁRIO a doação expressa neste instrumento, permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas expressamente por este Termo. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-18/0021049/2017. **DATA DE ASSINATURA:** 02.04.2018.

Id: 2100420

Procuradoria Geral do Estado

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato PGE-RJ nº 00/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/FUNPERJ e a sociedade empresária AJURDY DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA.

OBJETO: aquisição parcela de kit lanche.

PRazo DE VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 232.849,00 (duzentos e trinta e dois mil oitocentos e quarenta e oito reais).

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-14/001.026063/2017.

ASSINATURA: 17 de abril de 2018.

Id: 2100595

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato PGE-RJ nº 01/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/FUNPERJ e a sociedade empresária TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Retificação do caput da Cláusula Primeira do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

AUTORIZAÇÃO: Processo nº E-14/001.036339/2017.

ASSINATURA: 17/04/2018.

Id: 2100594

EDITAL

**3º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO torna público que estarão abertas as inscrições para o 3º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado - PAIS-PGE, regulamentado pela Resolução PGE nº 4.194, de 04 de abril de 2015.

O Exame de Seleção será realizado na sede da Procuradoria Geral do Estado ou em local a ser previamente designado, em um único dia, com duração de 3 (três) horas, na data prevista de 25 de maio de 2018 (sábado), em horário a ser oportunamente divulgado pelo Presidente da Comissão de Seleção, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte I.

I - INSCRIÇÃO:

a) pertençam às cotas legalmente instituídas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, para o ingresso nas universidades públicas e para a participação em concursos públicos estaduais;

b) sejam bacharéis em Direito;

c) tenham renda mensal familiar não superior a 4 (quatro) salários mínimos.

I.2 - Nos termos do art. 3º, Parágrafo Único, da Resolução PGE nº 3.534, de 21 de março de 2014, o candidato beneficiário das cotas destinadas a negros e índios deverá, no dia do Exame de Seleção, praticar ato solene de declaração de pertencimento étnico-racial.

II - PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

As inscrições serão realizadas no período de 25 de abril de 2018 a 17 de maio de 2018, podendo ocorrer prorrogação a critério do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado.

III - LOCAL:

Os pedidos de inscrição serão recebidos no portal www.pge.rj.gov.br e na sede da Procuradoria Geral do Estado/Centro de Estudos Jurídicos/Coordenadoria de Estágio e Treinamento Profissional: Rua do Carmo, 27, 2º andar, sala 207, Centro, Rio de Janeiro-RJ.

IV - HORÁRIO:

IV.1 - Os pedidos de inscrição poderão ser feitos, na Internet, até as 23:59 horas do dia 17 de maio de 2018. Na sede da Procuradoria, o atendimento das inscrições será realizado, nos dias úteis, no período das 11 às 17 horas.

IV.2 - Não será exigido o pagamento de qualquer taxa para a inscrição no Exame de Seleção.

V - VAGAS:

Serão disponibilizadas 70 (setenta) vagas para o Programa de Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado - PAIS-PGE.

VI - PROVAS:

VI.1 - O Exame de Seleção consistirá em Prova Objetiva, de múltipla escolha classificatória, contendo 20 (vinte) questões de Direito Constitucional, 15 (quinze) questões de Direito Civil e 15 (quinze) questões de Direito Processual Civil, valendo 2 (dois) pontos cada uma, sobre as matérias integrantes do programa em anexo à Resolução PGE nº 4.194, de 04 de abril de 2018.

VI.2 - Não serão permitidas quaisquer formas de consulta, tais como a legislação, livros, impressos ou anotações.

VI.3 - Será excluído do certame, por ato do Presidente da Comissão de Seleção, o candidato que, durante a realização das provas:

a) for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;

b) utilizar-se de qualquer forma de consulta, como anotações, livros ou impressos;

c) utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;

d) utilizar-se de qualquer meio de comunicação externa;

e) deixar de entregar o cartão-resposta da prova.

VI.4 - O candidato que não comparecer ao local da prova será automaticamente eliminado do exame.

VI.5 - O gabarito será publicado no Diário Oficial do Estado, cabendo recurso nos dois dias úteis subsequentes à publicação.

VI.6 - A NOTA FINAL do candidato será a soma aritmética dos pontos atribuídos a cada uma das disciplinas da prova objetiva.

VI.7 - As notas dos candidatos, bem como a relação dos selecionados, com a respectiva classificação, serão publicadas no Diário Oficial do Estado. Do resultado final será admitido recurso à Comissão de Seleção, nos dois dias úteis subsequentes à publicação, visando exclusivamente a correção de erro material.